Audiência de Prestação de Contas

3º Quadrimestre 2017

Administração 2017-2020



LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

L.C. 101 de 04/05/2000

Art. 9º § 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.



Execução da Receita Consolidado

Receita	Previsão Inicial	Realizada	Variação	W GE
Receitas Correntes				
RECEITA TRIBUTARIA	449.661.316,00	441.198.533,74	-8.462.782,26	-1,88%
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO	8.816.850,00	9.065.218,20	248.368,20	2,82%
RECEITA PATRIMONIAL	23.831.606,00	16.679.474,35	-7.152.131,65	-30,01%
RECEITA DE SERVIÇOS	216.765.500,00	220.636.193,46	3.870.693,46	1,79%
TRANSFERENCIA CORRENTES	505.208.014,80	490.470.159,99	-14.737.854,81	-2,92%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	85.945.438,00	62.804.615,99	-23.140.822,01	-26,93%
Receitas de Capital				
OPERAÇÕES DE CREDITO	8.500.000,00	0,00	-8.500.000,00	-100,00%
ALIENAÇÃO DE BENS	1,00	470.250.000	470.249.999	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.592.741,00	5.786.721,73	3.193.980,73	123,19%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	747.714,00	0,00	-747.714,00	-100,00%
Total	1.302.069.180,80	1.247.111.167,46	-54.958.013,34	-4,22%

Receita Arrecadada foi 4,22% menor em relação ao orçamento inicial.



Prefeitura Municipal Variação das principais receitas dos últimos anos

RECEITA	2014	2015	2016	2017
COTA-PARTE DO ICMS	343.890.624,70	347.919.230,75	311.992.514,73	310.984.752,11
IPTU	112.423.157,37	126.825.333,58	136.022.989,00	144.792.986,63
ISSQN	152.511.229,89	164.161.087,41	163.268.331,35	169.237.344,56
FUNDEB	63.394.257,34	66.224.186,87	68.989.703,20	73.681.858,31
COTA-PARTE DO FPM	54.856.067,16	57.846.794,95	66.724.276,76	64.754.016,25
ITBI	28.074.793,62	30.784.336,39	21.332.548,70	20.946.901,91
TOTAL	755.150.130,08	793.760.969,95	768.330.363,74	784.397.859,77



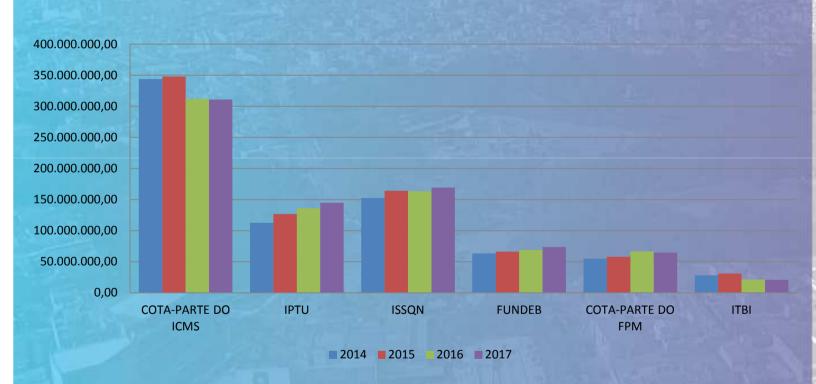
Prefeitura Municipal Variação das principais receitas dos últimos anos

RECEITA	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017
COTA-PARTE DO ICMS	6,36%	-15,69%	-10,33%	-0,65%
IPTU	6,63%	12,81%	7,25%	6,46%
ISSQN	3,78%	7,70%	-0,60%	3,66%
FUNDEB	7,43%	4,46%	4,18%	6,80%
COTA-PARTE DO FPM	11,25%	5,45%	15,35%	-2,95%
ITBI	20,96%	9,65%	-30,70%	-1,77%



Prefeitura Municipal

Variação das principais receitas dos últimos anos





Execução da Despesa Consolidado

Despesa	Atualizada	Empenhada	Liquidada	Paga	A Pagar
DESPESAS CORRENTES	1.267.520.387,12	1.136.352.715,79	1.094.288.245,30	1.085.333.943,80	51.018.771,99
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	558.942.230,31	533.005.594,19	531.834.762,78	525.774.161,26	7.231.432,93
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	708.574.156,81	603.347.121,60	562.453.482,52	559.559.782,54	43.787.339,06
DESPESAS DE CAPITAL	66.798.254,93	21.818.195,33	17.638.251,95	17.638.251,95	4.179.943,38
INVESTIMENTOS	57.868.118,53	16.127.755,15	11.947.811,77	11.947.811,77	4.179.943,38
AMORTIZAÇÃO / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	8.368.536,40	5.690.440,18	5.690.440,18	5.690.440,18	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	561.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.334.318.642,05	1.158.170.911,12	1.111.926.497,25	1.102.972.195,75	55.198.715,37

Transferência	Pago
FUNDAÇÃO DAS ARTES DE SÃO CAETANO DO SUL	6.855.070,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL ANNE SULLIVAN	6.849.310,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE	19.716.360,00
FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA	1.657.000,00
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO	50.600.000,00
UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL	5.000.000,00
SAESA	33.010.000,00
Total	123.687.740,00



Despesa com Pessoal

Poder Executivo

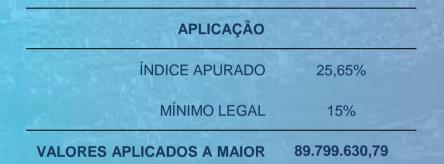
INDICADORES	
DESPESA COM PESSOAL	555.642.981,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	1.240.854.195,73
ÍNDICE APURADO	44,78%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF)	51%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	54%

Poder Legislativo

	INDICADORES
36.594.094,52	DESPESA COM PESSOAL
1.240.854.195,73	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
2,95%	ÍNDICE APURADO
6%	LIMITE PRUDENCIAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)



Aplicação de Recursos Saúde



250,00
200,00

Aplicação Mínima

150,00

Previsão

Empenhado

Liquidado

Pago



Aplicação de Recursos

Educação

APLICAÇÃO

ÍNDICE APURADO

28,14%

MÍNIMO LEGAL

25%

VALORES APLICADOS A MAIOR 26.493.794,49





Demonstrativo Restos a Pagar

Consolidado

Restos a Pagar em 31/12/2017	69.598.697,98
Cancelamento de Restos	4.481.436,77
Pagamento de Restos a Pagar	94.052.472,95
Inscritos em 01/01/2017	168.132.607,70

Empenhos Anulados em 2016

Empenhos Anulados em 2016 sob análise até 31/12/2017	18.402.665,49
Pagamento de empenhos anulados em 2016 cuja atestação foi reconhecida	21.841.291,37
Empenhos Anulados em 2016 reclamados pelos fornecedores via protocolo	40.243.956,86



Demonstrativo Financeiro

Consolidado

Demonstrativo em 31/12/2017	
Saldo em Caixa 01/01/2017	53.459.066,03
Receita Líquida	1.247.111.167,46
Pagamento de Empenhos	1.102.972.195,75
Pagamento Restos a Pagar	94.052.472,95
Transferências	123.687.740,00
Resultado Extraorçamentário	103.261.978,94
Saldo	83.119.803,73



Resultado Financeiro

Administração Direta em 31/12/2017	
Saldo em Caixa 01/01/2017	17.766.561,71
Receita Líquida	1.010.392.290,54
Pagamento de Empenhos	796.300.761,62
Pagamento Restos a Pagar	78.046.344,13
Transferências	123.687.740,00
Resultado Extraorçamentário	-7.830.863,09
Saldo	22.293.143,41

Administração Indireta em 31/12/2017	
Saldo em Caixa 01/01/2017	35.692.504,32
Receita Líquida	236.718.876,92
Pagamento de Empenhos	306.671.434,13
Pagamento Restos a Pagar	16.006.128,82
Transferências	0,00
Resultado Extraorçamentário	111.092.842,03
Saldo	60.826.660,32



Resultado Primário Consolidado

INDICADORES	ATÉ O BIMESTRE - 2017	ATÉ O BIMESTRE - 2016
RECEITA PRIMÁRIA	1.230.576.651,56	1.211.034.675,39
DESPESA PRIMÁRIA	1.106.236.057,07	1.244.867.098,85
RESULTADO PRIMÁRIO	124.340.594,49	-33.832.423,46
META FIXADA NA LDO PARA O EXERCÍCIO	-23.816.682,00	

"O Resultado Primário representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias (não financeiras). Sua apuração fornece uma melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da Federação. Superávits primários, (...) contribuem para a redução do estoque total da dívida líquida."

fonte: Manual de Demonstrativos Fiscais - STN

O resultado justifica-se pelas operações de crédito não realizadas previstas em orçamento, e à despesa liquidada estar abaixo do previsto.



Demonstrativo de Dívida Consolidada

Contratos	Saldo
INSS	7.358.661,24
DÍVIDA PGFN	3.090.678,58
PRECATÓRIOS ALIMENTARES (até 2020)	39.002.244,14
CEF – SANEAMENTO PARA TODOS	16.606.701,56
PRECATÓRIOS NÃO ALIMENTARES (até 2024)	119.255.780,54
DIVIDA CONSOLIDADA – DC	185.314.066,06

Compromissos de exigibilidade superior a doze meses.



Resultado Nominal Consolidado

Dívida Fiscal Líquida	Saldo			
	31/12/2016 (a)	31/10/2017 (b)	31/12/2017 (c)	
Dívida Consolidada (I)	192.458.983,80	191.570.047,62	185.314.066,06	
Deduções (II)	17.794.099,00	178.512.048,15	95.477.124,99	
Disponibilidade de Caixa	0,00	141.196.643,33	78.832.393,76	
Disponibilidade de Caixa Bruta	109.917.946,67	217.117.645,52	157.054.351,32	
(-) Restos a Pagar Processados (exceto				
precatório)	-147.165.095,32	-75.921.002,19	-78.221.957,56	
Demais Haveres Financeiros	17.794.099,00	37.315.404,82	16.644.731,23	
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I) - (II)	174.664.884,80	13.057.999,47	89.836.941,07	
Receitas de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00	
Passivos Reconhecidos (V)	174.979.454,51	163.414.669,77	168.707.364,50	
Dívida Fiscal Líquida (VI) = (III + IV - V)	-314.569,71	-150.356.670,30	-78.870.423,43	

Resultado Nominal	Período de Referência		
Resultado Nominal	No bimestre (c - b)	Jan a Dez(c - a)	
Valor	71.486.246,87	-78.555.853,72	
META FIXADA NA LDO PARA O EXERCÍCIO	Little Pills	-6.023.929,16	

"O Resultado Nominal representa a variação da dívida fiscal líquida num determinado período. Pelo critério conhecido como "abaixo da linha", apura-se o resultado pela variação do endividamento líquido um determinado período."

fonte: Manual de Demonstrativos Fiscais - STN

O resultado apresentado justifica-se pelo pagamento de restos a pagar, da dívida contratada acima da meta fixada e pela não contratação de novas operações.



Dívida Consolidada Líquida Consolidado

INDICADORES	2017
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	89.836.941,07
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	1.240.854.195,73
% ENDIVIDAMENTO	14,93%
% LIMITE - RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 40/2001 - ART 3º, II	120%

RESOLUÇÃO SENADO FEDERAL 40/2001

Art. 3° - A dívida consolidada líquida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ao final do décimo quinto exercício financeiro contado a partir do encerramento do ano de publicação desta Resolução, não poderá exceder, respectivamente, a: II - no caso dos Municípios: a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida, definida na forma do art. 2º.



Evolução da Gestão Fiscal

Índice	Dez/2016	- CONTRACTOR	Dez/2017	March.
Receita Corrente Líquida	1.240.021.356,	93	1.240.854.195,7	73
Donner Donner	488.313.105,13	39,75%	FFF C42 004 00	44.700/
Despesa Pessoal –	754.156.203,42*	60,54%*	555.642.981,00	44,78%
Dívida Consolidada Líquida	174.664.884,80	14,22%	89.836.941,07	7,24%
Disponibilidade de Caixa Líquida (Caixa bruto – RP processado)	0,00		78.832.393,76	ò

^{*} Ajustado pela fiscalização do TCE-SP, conta anual em análise

Índice	2016	2017
Receita	1.211.034.675,39	1.247.111.167,46
Despesa Liquidada	1.244.867 .098,85	1.111.926.497,25
Resultado	-33.832.423, 46	135.184.670,21
Resultado Ajustado	-55.673.714,83	157.025.961,58



Principais ações do Governo para Otimizar a Arrecadação

- ✓ Implantação da DESIF
- ✓ Implantação da Nota Especial para as Escolas
- ✓ Monitoramento do Simples Nacional
- ✓ Recadastramento de autônomos e empresas
- ✓ Ampliação da Fiscalização
- ✓ Malha Fina
- ✓ Abertura de PVF's
- ✓ Revisão do IPTU
- ✓ Adequação da legislação do ISSQN
- ✓ Nossa Nota
- ✓ Implantação do PPD
- ✓ Envio de carta de cobrança para todos os devedores
- ✓ Elaboração de manuais de atendimento



Principais ações do Governo na Captação de Recursos

- ✓ Preparatório para a Captação
 - ✓ Regularização e atualização das informações públicas junto à STN para captação de recursos;
 - ✓ Atualização da análise de Risco do Município evoluindo de risco calculado "C" para risco calculado "A";
- ✓ Elaboração de projeto de captação
 - ✓ PMAT;
 - ✓ Desenvolve SP;
 - ✓ Programa Eficiência Municipal;
 - ✓ Avançar Cidades;





Secretaria Municipal da Fazenda

